IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? A INVISIBILIDADE DOS CATADORES COMO SUJEITOS DE DIREITOS SOB A MÁQUINA ANTIPOLÍTICA DA ECONOMIA CIRCULAR

JAMILE PEREIRA CUNHA RODRIGUES[1];
VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA[2]

[1]*Universidade Federal de Minas Gerais – jamipcunha@hotmail.com*
[2]*Universidade Federal de Minas Gerais – valderidecastroalcantara@gmail.com*

Resumo

Este ensaio analisa a inserção dos catadores de materiais recicláveis no paradigma da economia circular, questionando o conceito de desenvolvimento como uma ideologia que legitima a expansão do sistema econômico global. Argumenta-se que a gestão tecnocrática dos resíduos opera, frequentemente, como a máquina antipolítica de James Ferguson, transformando problemas políticos e territoriais complexos em questões meramente técnicas, o que despolitiza a luta desses trabalhadores. Utilizando a perspectiva de subdesenvolvimento sustentável de Gayatri Chakravorty Spivak, o trabalho demonstra que a modernização tecnológica tende a manter os catadores em uma posição de sustentabilidade precária, expropriando-os dos benefícios econômicos gerados pela valorização dos materiais, ao mesmo tempo em que ignora seus saberes tradicionais. Essa dinâmica é caracterizada como um conflito ambiental distributivo, discutido por Henri Acselrad, e uma disputa de apropriação do mundo material, onde a lógica industrial de resíduo como *commodity* se choca com a lógica de sobrevivência do catador. Conclui-se pela necessidade de repolitizar a economia circular e reconhecer os catadores como sujeitos de direitos, superando a monocultura do capital em direção a uma cidade plural.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis; Máquina antipolítica; Economia circular; Conflito ambiental.

Contextualização

O conceito de desenvolvimento não deve ser compreendido apenas como uma evolução natural das forças produtivas ou um destino manifesto da humanidade, mas sim como uma crença secular e uma ideologia organizativa que legitima a expansão do sistema econômico global. Conforme aponta Ribeiro (1992), essa ideologia possui uma plasticidade notável: ao enfrentar crises, ela se metamorfoseia para garantir sua própria reprodução. Se no final do século XX a resposta à crise ecológica foi a invenção do desenvolvimento sustentável, no século XXI, essa lógica se refina sob a narrativa da economia circular, especialmente a partir de 2010, mesmo tendo suas bases ainda na segunda metade do século passado. Embora apresentada como uma solução técnica para o desperdício, a transição para a circularidade corre o risco de replicar velhos mecanismos de exclusão se não for submetida a uma crítica rigorosa sobre suas implicações políticas e territoriais.

De acordo com Ellen MacArthur Foundation (2022) a economia circular é conceituada como um ciclo contínuo focado no desenvolvimento positivo para preservação e valorização do capital natural, otimização da produção de recursos e redução dos riscos sistêmicos, conduzindo a estoques finitos e fluxos renováveis objetivando manter produtos, componentes e materiais em nível elevado de utilização e valor ao longo do tempo. Dessa forma a economia circular se relaciona diretamente com os preceitos do desenvolvimento sustentável, sendo considerada por alguns autores como o avanço deste.

Este ensaio propõe analisar a inserção dos catadores de materiais recicláveis nesse novo paradigma, argumentando que a gestão tecnocrática dos resíduos atua, muitas vezes, como uma máquina antipolítica, nos termos de Ferguson (1994), que despolitiza a luta desses trabalhadores. Aprofundando essa crítica, Escobar (2011) nos permite compreender que o desenvolvimento opera como um mecanismo de colonialidade que subordina culturas e saberes locais à primazia do conhecimento de especialistas. Nesse sentido, a marginalização dos catadores na moderna economia circular não é apenas uma exclusão econômica, mas uma violência epistêmica: ao privilegiar a visão tecnocrática, o modelo hegemônico ignora as cosmovisões e as práticas de sustentabilidade historicamente construídas por esses sujeitos, tratando-as como atraso a ser superado pela modernização.

Mais do que uma questão de emprego, a disputa pelo acesso aos resíduos na cidade contemporânea configura um verdadeiro conflito ambiental. Segundo Zhouri e Laschefski (2010), tais conflitos surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Quando a modernização ecológica impõe tecnologias de reciclagem que cercam o recurso (o resíduo) e excluem o catador, instala-se uma situação de injustiça ambiental análoga à sofrida por povos e comunidades tradicionais em seus territórios de origem.

Dessa forma, buscamos demonstrar que os catadores podem ser compreendidos a partir de lentes teóricas voltadas à análise das lutas por reconhecimento de seus modos de vida, de trabalho e de permanência em seus territórios diante do avanço de interesses hegemônicos. A análise articula a crítica ao desenvolvimento como ideologia à sociologia dos conflitos ambientais, evidenciando que a exclusão dos catadores dos processos vinculados à economia circular não constitui uma falha técnica ou operacional, mas expressa um projeto político e econômico de apropriação desigual dos recursos ambientais, dos resíduos e das oportunidades geradas pela transição para modelos considerados sustentáveis.

Objetivos

Este ensaio tem como objetivo central analisar a inserção dos catadores de materiais recicláveis no paradigma da economia circular, investigando como esse modelo, sob uma roupagem técnica e sustentável, pode atuar como uma máquina antipolítica que despolitiza a luta desses trabalhadores. Busca-se examinar a transição para a circularidade não apenas como uma mudança econômica, mas como um processo de colonialidade e violência epistêmica, que subordina os saberes tradicionais dos catadores à lógica tecnocrática e hegemônica.

A Máquina Antipolítica da Reciclagem: uma Crítica da Gestão Tecnocrática dos Resíduos

A lógica capitalista traz a ideia de desenvolvimento vinculada ao crescimento econômico a partir da maximização do lucro. Por isso, desenvolvimento e crescimento costumam ter uma relação incerta, chegando ao ponto de serem comparados ou considerados similares, mas não o são. De acordo com Bresser-Pereira (2008), desenvolvimento econômico sugere alterações estruturais, culturais e também institucionais enquanto crescimento econômico consiste em aumento de renda *per capita*. Dessa forma é possível haver crescimento sem desenvolvimento, mas não é desejável, embora seja o que frequentemente ocorre no sistema capitalista.

A noção da problemática socioambiental, evidenciada na década de 60, questionou essa lógica desenvolvimentista, fazendo surgir novos conceitos, como o ecodesenvolvimento e, posteriormente, o desenvolvimento sustentável, definido como "desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras" (WCED, 1987, p.9). As novas alternativas de desenvolvimento prezam pela redução dos impactos da sociedade sobre o meio e por uma alternativa à visão otimista de crescimento irrestrito, assegurada pela economia (Nobre e Amazonas, 2002). Bellen (2005) reforça a definição de desenvolvimento sustentável como oriunda de um processo histórico de reavaliação da relação existente entre sociedade civil e seu meio natural.

Para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – CMDS (2002), esse desenvolvimento é arquitetado sobre três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, formando as dimensões tradicionais do tripé da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. Porém, outras questões críticas transversais devem ser consideradas. Silva e Rauli (2009) consideram questões como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, crescimento vegetativo populacional, igualdade de gêneros, prostituição, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

A plasticidade do conceito de desenvolvimento, conforme analisada por Ribeiro (1992), revela sua capacidade de se reinventar discursivamente para garantir a continuidade da hegemonia econômica. Se nas últimas décadas do século XX o desenvolvimento sustentável surgiu como uma panaceia para conciliar crescimento e preservação, a atual transição para a chamada economia circular opera sob uma lógica similar. No entanto, ao analisarmos como esses modelos aterrissam na gestão de resíduos sólidos, percebemos a reiteração do que Ferguson (1994) denominou de máquina antipolítica.

Ferguson (1994), ao analisar a constituição do objeto do desenvolvimento, demonstra que o aparato institucional cria uma realidade fictícia sobre os territórios alvo de intervenção. Para justificar a entrada de agências internacionais e a expansão do poder burocrático estatal, problemas complexos de economia política, posse de terra e exploração histórica são traduzidos em problemas técnicos, como falta de infraestrutura, ausência de educação ou carência de tecnologias modernas. Essa operação de tradução ocorre de forma análoga no campo dos resíduos sólidos.

Complementando a crítica à máquina antipolítica, Spivak (2018) oferece uma perspectiva crucial para entender a posição subalterna reservada aos catadores nesse arranjo. A autora define o desenvolvimento contemporâneo como uma entrada no circuito do capital, realizada, contudo, sem a devida atenção à formação do sujeito capaz de gerir esse capital de forma ética ou socialmente apropriada. Transpondo essa análise para a economia circular, percebe-se que a modernização tecnocrática busca integrar o catador à cadeia global de reciclagem, mas apenas como força de trabalho barata necessária para a triagem inicial, negando-lhe as ferramentas políticas e de gestão que lhe permitiriam governar o sistema do qual faz parte. O catador é adestrado rapidamente para o autointeresse de sobrevivência, enquanto a gestão macroeconômica dos resíduos permanece inacessível a ele.

Essa dinâmica resulta no que Spivak (2018) denomina de subdesenvolvimento sustentável. Sob essa lógica, o que é sustentado não é o bem-estar pleno do trabalhador ou o meio ambiente em si, mas sim o mínimo de desenvolvimento necessário para garantir a máxima acumulação e mais-valia para os detentores do capital financeiro e industrial. No contexto dos resíduos, isso se traduz em manter os catadores em uma posição de sustentabilidade precária, suficiente apenas para que continuem coletando e alimentando a indústria, enquanto a riqueza gerada pela valorização dos materiais flui para o topo da cadeia, perpetuando a desigualdade sob o manto da responsabilidade ambiental.

A narrativa hegemônica da economia circular tende a diagnosticar a crise do lixo como um problema de ineficiência logística ou atraso tecnológico. Sob essa ótica, a solução apresentada é invariavelmente técnica: a implementação de plantas automatizadas de triagem, a incineração para recuperação energética (*Waste-to-Energy*) ou sistemas de rastreamento digital. Ao construir o problema dessa forma, o aparato do desenvolvimento opera uma dupla exclusão sobre os catadores de materiais recicláveis.

Primeiramente, despolitiza-se a gestão dos resíduos. O lixo, que para os catadores é base material de sobrevivência e território de disputa histórica, é redefinido como um fluxo de materiais a ser gerido por especialistas e engenheiros. As relações de poder assimétricas entre grandes geradores de resíduos, indústrias de reciclagem e trabalhadores da catação são ocultadas sob a linguagem neutra da gestão integrada e da eficiência.

Em segundo lugar, a máquina antipolítica atua na deslegitimação dos saberes tradicionais desses trabalhadores. Assim como o discurso do desenvolvimento colonial inventou a figura do subdesenvolvido para justificar a tutela, a tecnocracia da reciclagem frequentemente enquadra o catador sob a ótica da informalidade, da precariedade ou do risco sanitário. Ignora-se, deliberadamente, que a organização produtiva desses grupos constitui uma tecnologia social eficaz de revalorização de materiais, desenvolvida ao longo de décadas nas margens do capitalismo.

Portanto, a implementação da economia circular, quando desprovida de uma crítica às suas bases políticas, corre o risco de funcionar como um instrumento de expropriação. Ao elevar as barreiras tecnológicas e burocráticas para o acesso aos resíduos, exigindo escalas industriais e padrões técnicos que as organizações de catadores muitas vezes não conseguem cumprir sem apoio, o modelo de desenvolvimento dito sustentável acaba por transferir a renda da reciclagem das mãos de milhares de trabalhadores para corporações de logística e

tecnologia. Cria-se, assim, um cenário onde a sustentabilidade técnica convive, paradoxalmente, com a apropriação desigual dos recursos e a exclusão social.

O Cerne do Conflito: Apropriação Desigual e Injustiça Ambiental

Se a máquina antipolítica do desenvolvimento opera silenciando as disputas, a análise sociológica deve, em contrapartida, evidenciar as tensões latentes. No contexto da transição para a economia circular, a disputa pelo acesso e controle dos resíduos sólidos configura-se como um típico conflito ambiental. Conforme definem Zhouri e Laschefski (2010), tais conflitos emergem dos diferentes modos de apropriação social, técnica e cultural do mundo físico. No caso em questão, confrontam-se duas lógicas distintas de apropriação do espaço urbano e de seus recursos: de um lado, a lógica industrial-corporativa, que enxerga o resíduo como *commodity* e fonte de energia; de outro, a lógica de sobrevivência e reprodução social dos catadores, para os quais o resíduo é base material de existência e território de trabalho.

O atrito aqui não ocorre em um vazio de poder. Acselrad (2004) nos lembra que os conflitos se materializam quando concepções hegemônicas de espaço são transferidas para o espaço vivido, ignorando as territorialidades preexistentes. Ao impor tecnologias de incineração ou sistemas de logística reversa que centralizam o fluxo de materiais em grandes empresas, o modelo hegemônico de desenvolvimento promove o cerceamento dos recursos recicláveis. Isso gera o que Acselrad (2004) classifica como conflito ambiental distributivo, caracterizado pela desigualdade no acesso aos recursos naturais, neste caso, os resíduos valorizáveis, necessários à reprodução social de grupos vulnerabilizados.

Mais do que uma disputa econômica, trata-se de um cenário de injustiça ambiental. Acselrad (2004) define essa condição como o mecanismo sociopolítico que destina a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento aos grupos sociais de baixa renda e discriminados. Na modernização da gestão de resíduos, essa injustiça se manifesta de forma perversa: os catadores, historicamente responsáveis pelos serviços ambientais de coleta e triagem, são privados dos benefícios econômicos gerados pela valorização dos materiais, agora capturados por grandes atores da economia circular, restando-lhes apenas os riscos da insalubridade e a estigmatização social.

Portanto, a monoculturização da gestão de resíduos, orientada por critérios puramente tecnocráticos e de mercado, atua como um vetor de expropriação. Ela desconsidera que, para os catadores, o território urbano e o acesso ao lixo não são apenas questões logísticas, mas garantia de reprodução da vida. Ao ignorar essas reivindicações em nome de uma eficiência abstrata, o modelo de desenvolvimento vigente reproduz, no ambiente urbano, a mesma lógica de acumulação por espoliação que historicamente marca os conflitos territoriais no campo.

Resultados provisórios

Os resultados deste estudo podem ser sistematizados em torno da crítica à gestão tecnocrática dos resíduos e aos impactos socioambientais sobre os catadores (Quadro 1).

Quadro 1: Sistematização dos resultados

Discussão	Categoria analítica	Fonte
O desenvolvimento é identificado não como evolução natural, mas como uma ideologia organizativa e crença secular que legitima a expansão do sistema econômico. No século XXI, essa lógica se refina sob a narrativa da economia circular.	Dimensão desenvolvimentista	Ribeiro (1992)
A gestão de resíduos funciona como uma máquina antipolítica, traduzindo conflitos sociais, políticos e territoriais complexos em problemas meramente técnicos ou de ineficiência logística.	Dimensão institucional	Ferguson (1994)
Ocorre a subalternização dos catadores, que são integrados à cadeia apenas como força de trabalho barata. Isso resulta no subdesenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade mantém o trabalhador em condições precárias para garantir a acumulação de capital.	Dimensão subjetiva	Spivak (2018)
Existe uma violência epistêmica e colonialidade, onde os saberes tradicionais e as tecnologias sociais dos catadores são ignorados ou rotulados como "atraso" frente ao conhecimento de especialistas e tecnologias modernas.	Dimensão epistêmica	Escobar (2011)
A disputa pelo lixo configura um conflito ambiental distributivo. A modernização tecnológica promove o cerceamento do recurso (o resíduo), gerando injustiça ambiental ao privar os catadores dos ganhos econômicos da reciclagem.	Dimensão conflitiva	Zhouri e Laschefski (2010); Acselrad (2004)
A economia circular atua como instrumento de expropriação, transferindo a renda da reciclagem de milhares de trabalhadores para corporações de logística e tecnologia através de barreiras burocráticas e industriais.	Dimensão econômica	Acselrad (2004); Ferguson (1994)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados indicam que a inserção dos catadores na economia circular é uma questão fundamentalmente política. A análise demonstra que a exclusão desses sujeitos não é um erro de percurso, mas um projeto de apropriação desigual que exige a repolitização da economia e o reconhecimento dos catadores como sujeitos de direitos para alcançar uma cidade plural.

Conclusões

A análise empreendida ao longo deste ensaio demonstra que a inserção dos catadores na economia circular não é uma questão meramente técnica ou logística, mas fundamentalmente política. O discurso do desenvolvimento, mesmo sob a roupagem da sustentabilidade ou da circularidade, tende a operar como um mecanismo de legitimação da expansão capitalista, muitas vezes à custa das populações locais. Se não submetida a um olhar rigoroso, a modernização da gestão de resíduos corre o risco de replicar a máquina antipolítica descrita por Ferguson (1994), transformando conflitos sociais profundos em problemas gerenciais que silenciam os sujeitos históricos da reciclagem.

Ficou evidente, portanto, que a disputa pelo acesso aos resíduos configura um conflito ambiental típico, nos moldes definidos por Acselrad (2004) e Zhouri e Laschefski (2010). A apropriação desigual dos recursos recicláveis por grandes indústrias, em detrimento das organizações de catadores, materializa a injustiça ambiental no tecido urbano. Esse processo não apenas expropria a base material de sobrevivência desses trabalhadores, mas também deslegitima seus saberes e tecnologias sociais, tratando-os como atraso a ser superado pela modernização tecnológica.

Uma agenda de pesquisa proposta pode ser sintetizada em três frentes principais. Primeiro, investigar a economia circular como arranjo tecnocrático que pode operar como máquina antipolítica, transformando conflitos distributivos em problemas técnicos de gestão. Segundo, analisar a disputa pelo acesso aos resíduos como conflito ambiental urbano, mapeando a captura de valor na cadeia da reciclagem. Por fim, examinar a dimensão epistemológica da exclusão, investigando como os saberes dos catadores são invisibilizados ou deslegitimados.

Conclui-se, assim, que enfrentar a crise socioambiental urbana exige mais do que soluções técnicas; exige a repolitização da economia. Dialogando com Escobar (2011), é necessário superar a hegemonia do desenvolvimento como projeto único e abrir espaço para o Pós-Desenvolvimento ou o Bem Viver, onde múltiplas formas de economia e relações com a natureza possam coexistir. Reconhecer os catadores como sujeitos de direitos e detentores de um saber ambiental legítimo é, em última instância, recusar a monocultura do capital e afirmar a possibilidade de uma cidade verdadeiramente sustentável e plural.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ___(org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos**. Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Getúlio Vargas, 2008.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMDS, **RIO +10**. Johannesburgo, África do Sul. 2002.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Economia Circular. 2022**. Disponível em: https://archive.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular/conceito. Acesso em: fev. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el posdesarrollo**. Signo y pensamiento, v. 30, n. 58, p. 278-284, 2011.

FERGUSON, James. Conceptual apparatus: the constitution of the object of ‘development’ – Lesotho as ‘less developed country’. In: **The Anti-Politics Machine**: “Development,”

Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 25-73. 1994.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Ed. IBAMA, Brasília, 2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Série Antropologia, Brasília, v. 123, 1992.

SILVA, Christian Luiz da; RAULI, Fabiano de Castro. Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005. **Semestre Económico**, v.12, n. 23, p. 77-96, Enero – Junio de 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2018. Development. In BERNSTEIN, J. M. et al. (eds.). **Political Concepts**: A Critical Lexicon. New York: Fordham University Press. pp. 118-130. 2018.

WCED. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ____ (orgs.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.